

RECLAMAÇÃO 22.006 PERNAMBUCO

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECLTE.(S)	: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RECLDO.(A/S)	: VARA ÚNICA DO TRABALHO DE SALGUEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: RONALDO FLORENTINO DA SILVA
ADV.(A/S)	: BRUNO DA CRUZ GRANGEIRO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: SAAG SERVIÇOS DE ASSESSORIA E ADMINISTRAÇÃO LTDA - EPP
ADV.(A/S)	: DANIEL GEORGE DE BARROS MACEDO
INTDO.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DESPACHO

RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO. ALEGADO DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO PROFERIDA NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE N. 16. PROVIDÊNCIAS PROCESSUAIS.

Relatório

1. Reclamação, com requerimento de medida liminar, ajuizada por Pernambuco, em 25.9.2015, contra decisão proferida na Reclamação Trabalhista n. 0010865-95.2014.5.06.0391, pelo Juízo da Vara do Trabalho de Salgueiro/PE, que teria afastado a aplicação do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, e desrespeitado o que decidido na Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 16.

RCL 22006 / PE

2. O Reclamante alega inexistir,

“na decisão reclamada, comprovação do elemento subjetivo do ato ilícito imputável ao Poder Público, haja vista que não [ficou] constatado nem demonstrado nos autos a culpa, que, como é sabido, não se presume em relação à Administração Pública, diante da presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos” (fl. 3).

Requer medida liminar para *“suspender o trâmite da Reclamação Trabalhista N. 0010865-95.2014.5.06.0391, em curso na VARA ÚNICA DO TRABALHO DE SALGUEIRO, até decisão final da presente Reclamação”* (fl. 6).

Pede seja julgada procedente a reclamação.

Examinados os elementos havidos nos autos, **DECIDO**.

3. Embora a decisão reclamada tenha sido proferida em 28.6.2015, três meses antes do ajuizamento da presente reclamação, a Reclamante limitou-se a afirmar a interposição de recurso, descuidando de juntar aos autos documento que comprovasse não ter transitado em julgado a decisão impugnada.

4. Este Supremo Tribunal assentou que o cabimento de reclamação contra decisões judiciais pressupõe que o ato decisório por meio da qual impugnado ainda não tenha transitado em julgado, conforme se dispõe na Súmula n. 734 do Supremo Tribunal Federal.

A reclamação deve vir instruída com os documentos que comprovam o alegado, nos termos do parágrafo único do art. 156 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e do art. 282, inc. VI, do Código de Processo Civil.

Entretanto, este Supremo Tribunal tem admitido a abertura de prazo

RCL 22006 / PE

para petições iniciais irregulares serem emendadas, como dispõe o art. 284 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido, por exemplo, os seguintes precedentes: Rcl n. 10.294/MA, de minha relatoria, decisão monocrática, DJe 6.8.2010; MS n. 27.405-MC/DF, Relator o Ministro Celso de Mello, decisão monocrática, DJ 5.8.2008; MS n. 26.384-MC/SP, Relator o Ministro Celso de Mello, decisão monocrática, DJ 12.2.2007; ACO n. 808/RR, Relator o Ministro Ayres Britto, decisão monocrática, DJ 28.9.2005; Rcl n. 3.314/SP, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, decisão monocrática, DJ 16.5.2005; Rcl n. 2.732/PB, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, decisão monocrática, DJ 20.9.2004; e Pet n. 2.515/PR, Relator o Ministro Celso de Mello, decisão monocrática, DJ 18.12.2001.

5. Pelo exposto, intime-se a Reclamante para, querendo, emendar a inicial, no prazo de dez dias, sob pena de não conhecimento da ação (art. 284 do Código de Processo Civil). Na sequência, analisarei esta reclamação.

Publique-se.

Brasília, 6 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora